

A GRAMATICALIZAÇÃO DA PERÍFRASE CONJUNCIONAL “SÓ QUE”
(THE GRAMMATICALIZATION OF THE CONJUNCTIONAL PERIPHRASES
“SÓQUE”)

Sanderléia Roberta LONGHIN-THOMAZI (UNESP/FAPESP)

ABSTRACT: *In this paper, I analyze the grammaticalization process that originates the periphrasis “só que”, a coordinator conjunction that establishes the basic meaning of cancelling pragmatic presupposition between the segments that it articulates.*

KEYWORDS: “só que”; grammaticalization; conjunctive periphrasis; focus;

0. Introdução

O objetivo deste trabalho é dar evidências de que a perífrase *só que*, que exemplifico em (01), é fruto de um processo de criação linguística em que se combinaram as partículas *só* e *que*, para a formação de um item conjuncional novo, que tem a propriedade de estabelecer contraste entre os segmentos que articula. Esse processo faz parte de um mecanismo de produção de conjunções muito mais amplo, que vem se definindo há séculos e que se fundamenta na reinterpretação de material linguístico disponível no repertório da língua. Processos similares vêm sendo referidos, na literatura linguística, como casos de Gramaticalização (GR, daqui em diante).

- (01) Eles parecem ter acertado na criação de uma Aspirina com menos reações adversas, a Polyaspirin. O analgésico continua o mesmo. **Só que** os pesquisadores o combinaram quimicamente ao plástico do qual são feitas as cápsulas dos medicamentos mais modernos. (*Veja*, ano 33, nº35, p.81)

1. Fundamentação teórica

Antoine Meillet (1965 [1912]) já afirmava, em seu *Le renouvellement des conjonctions*, que a classe das conjunções é dominada por uma necessidade contínua de transformação e que palavras de diferentes classes podem ser recrutadas para assumir o papel de conjunção. As declarações de Meillet são reforçadas pela história da formação do sistema conjuncional do português, em que se verifica a coexistência de dois estágios contrastantes: de um lado, uma redução do inventário de conectivos, causada pelo abandono de grande parte das conjunções herdadas do latim e, de outro lado, uma ampliação desse inventário, provocada pela difusão de duas estratégias de reposição de conjunções, que têm em comum o fato de reutilizar material linguístico, a saber, (i) habilitação de palavras de natureza diversa ao papel de conjunção, como aconteceu, por exemplo, com *porém*, *logo* e *quando*, que na origem são advérbios; e, (ii) generalização de um processo - iniciado no latim vulgar - que consiste em combinar a partícula *que* com palavras de diferentes categorias para a formação de perífrases conjuncionais.

Fenômenos desse tipo, em que um item, em condições particulares de emprego, assume uma função nova, típica de elemento gramatical, são entendidos como casos de GR. Meillet é considerado o pioneiro a definir GR e a justificar a relevância de seu estudo como um tópico importante dos estudos lingüísticos. Segundo ele, a GR diz respeito a um processo essencialmente unidirecional e histórico, pelo qual se atribui um caráter gramatical a uma palavra previamente autônoma ou, em termos mais específicos, um processo de mudança lingüística que envolve os componentes Léxico e Gramática, estabelecendo entre eles uma relação unidirecional, no sentido de que os elementos do léxico “migram” eventualmente para a gramática, mas não vice-versa.

Décadas depois, Givón (1979) inaugurou uma nova linha de pesquisa, em que a GR passou a ser vista não só como a reanálise de material lexical em gramatical, mas também como a reanálise de padrões discursivos em padrões gramaticais. Essa nova representação da GR, que muito influenciou os trabalhos de gerações posteriores, é bem representada pelo slogan “a sintaxe de hoje é a pragmática discursiva de ontem”, do qual se apropriou uma lingüística funcionalista emergente.

Uma definição de GR adotada com frequência nos trabalhos atuais é aquela de Heine *et al.* (1991). Segundo eles, a GR diz respeito a um processo em que uma unidade ou estrutura lexical assume uma função mais gramatical ou, se já gramatical, assume uma função ainda mais gramatical. Em outra linha de investigação, a concepção de GR lançada por Traugott e König (1991) é formulada nos seguintes termos: a GR equivale a um processo gradual de gramatização do significado, que envolve estratégias de caráter inferencial, que levam ao aumento de informação pragmática, e estratégias metafóricas, que levam ao aumento de abstração. Em outras palavras, os autores afirmam que a GR atinge preferencialmente itens referenciais, cujos significados são identificáveis nas situações extralingüísticas, e os pressiona a codificar significados cada vez mais vinculados ao contexto pragmático. Formulação similar é encontrada em Sweetser (1991), que atribui à GR um mecanismo de mudança semântica, que opera por meio de projeções metafóricas entre diferentes domínios conceituais. Nesse mecanismo, os significados têm sua aplicação estendida pelo desenvolvimento de várias polissemias.

Estas poucas referências estão longe de dar conta da bibliografia sobre GR, mas são suficientes para mostrar que embora haja consenso sobre o caráter processual da GR, o mesmo não acontece sobre a natureza de tal processo. Na presente exposição, examino alguns aspectos da GR de *só que*, procurando aliar dois objetivos específicos. O primeiro é reunir indicações para uma caracterização conjuncional de *só que* e, o segundo, explicitar a provável relação genética existente entre as partículas *só* e *só que*.

2. A perífrase *só que*: uma conjunção legítima

Para provar que *só que* é uma conjunção legítima, retomo parte dos critérios que, em trabalho anterior (Longhin, 2003), utilizei para evidenciar que *só que* é uma conjunção coordenativa. Esses critérios foram extraídos de um texto de Bally (1965 [1944]), em que o autor lança mão de noções de ordem semântica para distinguir três formas de combinar orações, que denomina Coordenação, Segmentação e Soldadura. Segundo Bally, toda oração é um ato de enunciação completo, que se presta a uma caracterização tipicamente funcional, ou seja, é suscetível de bipartição em dois segmentos de importância comunicativa diferente: o **tema** e o **propósito**. O tema é

definido como o ponto de partida ao qual é acrescentado o propósito, que é o centro de interesse da comunicação. A seqüência (tema)/propósito corresponde ao padrão habitual, mas é possível prever enunciações formadas apenas pelo propósito.

A coordenação semântica, nos moldes de Bally, deve satisfazer as seguintes condições: dados os segmentos A e B, eles serão coordenados se (i) A constituir um ato de enunciação completo, capaz de funcionar de forma independente; e, (ii) B constituir o propósito de A. Essas condições explicam duas características de *só que*:

(a) *só que* articula segmentos autônomos: em “A, *só que* B”, A constitui um ato de enunciação completo capaz de funcionar sozinho, independentemente da presença de B. Por exemplo, em (02), o segmento A (“Rodolfo... rock pesado”) é autônomo e comporta em si um tema (“Rodolfo”) e um propósito (“continua a fazer rock pesado”).

(02) Rodolfo, ex-Raimundos, continua a fazer rock pesado. **Só que** com letras cheias de mensagens religiosas. (Veja, ano 35, nº 08, p. 117)

(b) *só que* introduz a informação mais importante: em “A, *só que* B”, B constitui o propósito de A, o que equivale a afirmar, por um lado, que o segmento A, ao mesmo tempo em que se presta a uma análise em tema/propósito, é também tomado como tema de B, e, por outro, que o segmento B introduzido por *só que* acrescenta ao discurso a informação mais importante ou saliente, aquela que, do ponto de vista contextual, é geralmente **nova**, no sentido de não ter sido mencionada antes.

Outro critério que, para Bally, é relevante para explicar a coordenação é a relação de sentido. Segundo o autor, a colocação de dois enunciados lado a lado é justificada, antes de mais nada, pelo sentido que emerge dessa colocação. Desse critério, resulta mais uma característica de *só que*:

(c) *só que* estabelece entre A e B uma relação de **contraste**. A relação de sentido que surge da articulação com *só que* consiste num tipo de contraste que decorre da quebra ou cancelamento de uma pressuposição, entendendo-se por “pressuposição”, em sentido pragmático, toda a informação que é tomada pelo falante como conhecimento comum entre os participantes da interação. Ou, nas palavras de Stalnaker (1972), “pressupor uma proposição no sentido pragmático é aceitar como certa a sua verdade, e supor que os outros envolvidos no contexto façam o mesmo”.

Em resumo, dadas as características encontradas nos enunciados com *só que*, é possível propor para a perífrase uma definição mais geral, que é suficiente para enquadrá-la no conjunto das conjunções: *só que* é um item conjuncional de natureza coordenativa que une um enunciado autônomo a uma circunstância nova, não considerada até o momento, estabelecendo entre eles um sentido básico, fortemente pragmático, que é produto do cancelamento de uma pressuposição comum aos participantes na interação comunicativa.

3. As afinidades entre *só* e *só que*

Para sustentar uma relação genética entre *só* e *só que*, é necessário verificar se há algum tipo de afinidade entre essas partículas, ou seja, se algum traço da suposta forma original é preservado na forma gramaticalizada. Para tanto, nesta seção, faço algumas considerações sobre o comportamento lingüístico de *só* e, a seguir, de *só que*.

As gramáticas tradicionais tiveram o mérito de reconhecer que a partícula *só* não se enquadra plenamente em nenhuma das classes de palavras, mas cometeram o equívoco de reservar ao *só* um lugar entre as chamadas “palavras denotativas”, conjunto bastante heterogêneo, criado para acomodar todas as palavras que não se encaixam nas dez conhecidas classes. Nos estudos lingüísticos, *só* é analisado como um marcador de foco, que tem a propriedade de estabelecer uma relação de oposição ou contraste entre um elemento que é selecionado pelo falante e todos os demais elementos que poderiam ser selecionados, mas que são descartados, como acontece por exemplo no enunciado em (03), em que ninguém mais, além do Carlinhos, foi aprovado no concurso.

(03) *Só* o Carlinhos foi aprovado no concurso.

Para explicar esse emprego de *só*, é vantajoso apelar à noção de função proposicional, entendida como uma estrutura que comporta lacunas, que devem ser preenchidas para se obter uma sentença que pode ser reconhecida como verdadeira ou falsa, a depender da inspeção dos fatos. Aplicada essa noção ao exemplo (03), podemos dizer que *só* limita ou restringe a um único indivíduo a lista dos possíveis candidatos que tomam verdadeira a função proposicional “[alguém] foi aprovado no concurso”, e exclui qualquer outro candidato que possivelmente possa torná-la verdadeira.

Além disso, do ponto de vista argumentativo, *só* é considerado um operador argumentativo capaz de direcionar o enunciado para uma escala de inferioridade, conotando “isso é pouco”. Nessa circunstância, *só* pode ser parafraseado por “não mais do que”, como é o caso de (04), em que o enunciado “comi só um pedacinho do bolo” funciona como argumento decisivo para uma conclusão do tipo “comi pouco”.

(04) Comi *só* um pedacinho do bolo

Já o emprego de *só que* implica uma comparação de igualdade entre dois elementos, em que inicialmente o locutor apresenta as similaridades existentes entre eles, para então cancelar as pressuposições criadas por essas similaridades. Ao lançar mão da comparação, o locutor realiza uma seqüência de estratégias de caráter altamente pragmático, a saber: (i) busca no mundo um conjunto de informações que julga compartilhado pelo(s) interlocutor(es) e o transforma em uma espécie de “modelo” para aquilo que vai comunicar, visando com isso facilitar o processamento de informações; (ii) assinala a diferença entre o que é comunicado e o modelo evocado, recorrendo a um enunciado introduzido por *só que*, que traz uma informação geralmente nova; e, (iii) cancela parte das expectativas ou pressuposições que foram despertadas no(s) interlocutor(es). Essa marcação de diferença realizada por *só que* pode se dar tanto pelo acréscimo de informações, como pela substituição ou exclusão de partes de informações:

(a) adiciona informações: o locutor avalia que o interlocutor possui informação incompleta, a qual precisa ser acrescida uma nova porção de informação que julga relevante, conforme (05), em que os elementos envolvidos na comparação são os sintomas da gripe australiana e os das gripes comuns. A porção de similaridade, que certamente é partilhada pelos interlocutores, corresponde a “febre alta, dores por todo o corpo e mal-estar geral”, e a diferença trazida por *só que*, que cancela pressuposições ao adicionar um dado relevante, é que os sintomas da gripe australiana são mais fortes.

(05) Os sintomas da chamada gripe australiana são semelhantes aos de qualquer outra – febre alta, dores por todo o corpo e mal-estar geral. **Só que** mais fortes. (*Veja*, ano 33, nº 03, p.70)

(b) substitui parte de informação: o locutor avalia que do modelo assimilado pelo parceiro é preciso rejeitar uma parte e substituí-la por outra, como em (06):

(06) Ao falar do estado da nação, ele o fez como comandante-em-chefe de um país em guerra e com “o mundo civilizado enfrentando perigos sem precedentes”. Tudo puros anos 60. **Só que**, no lugar da União Soviética, entram o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte. (*Veja*, ano 35, nº 5, p. 86)

(c) exclui parte de informação: o locutor avalia que a partir do modelo evocado o interlocutor pode desenvolver uma expectativa equivocada, por isso exclui parte de informação do modelo sem pôr nada no lugar, conforme (07):

(07) Aliás, uma das qualidades de *O Alfaiate do Panamá* é não acreditar que, nesse ramo de atividade, existam pessoas melhores ou piores. São todas ruins – apenas mais ou menos simpáticas. Como diz o alfaiate Harry ao espião Osnard, “bem vindo ao Panamá. Isto aqui é como *Casablanca* – **só que** sem heróis”. (*Veja*, ano 34, nº 25, p. 125)

O contexto em que *só que* aparece é sempre o mesmo e pode ser resumido assim para explicar X, o locutor evoca um modelo Y, ao qual X é comparável em quase tudo. Depois de considerar o modelo Y em sua totalidade, o locutor rompe parcialmente com o conteúdo de Y, por meio da adição, substituição ou exclusão de informação, tornando clara a diferença entre X e Y.

Esta análise de *só que* em termos das operações de adição, substituição e exclusão é similar àquela que Dik (1989) propõe para explicar as razões pragmáticas que fundamentam a atribuição da função de foco a uma parte da oração. Dik postula, como fundamento de sua Gramática Funcional, que a indicação de foco a um constituinte é motivada ou pelo caráter “novo” do referente, ou pela necessidade de se estabelecer contraste com alguma entidade presente ou pressuposta na situação de interlocução. No último caso, o foco é qualificado como **paralelo**, quando constitui um dos elementos que participa explicitamente da construção contrastiva (João é *simpático*, mas Paulo é *chato*), ou como **contrapressuposicional**, quando o falante cancela uma pressuposição do ouvinte, ao efetuar mudanças na informação pragmática deste. Tais mudanças, enfatiza o autor, se apresentam na forma de acréscimos, substituições ou eliminações de partes de informação.

Se *só que* tem a dupla propriedade de introduzir preferencialmente informação nova e de romper ao menos parcialmente com as pressuposições do interlocutor, e se, nos termos de Dik, atribuímos a função de foco em virtude do caráter novo do referente e/ou da necessidade de estabelecer algum tipo de contraste, então podemos afirmar que *só que* funciona como um verdadeiro **marcador de foco**, ficando esclarecida assim a

relação entre *só* e *só que*, relação esta que estaria na origem do processo de derivação: o uso de *só* como focalizador teria sido preservado na forma gramaticalizada *só que*.

4. Conclusão

Mostrei que *só que* se comporta como um legítimo marcador de foco, entendendo-se por “foco”, nos critérios da Gramática Funcional, a função pragmática que quando indicada a um constituinte confere a ele o estatuto de informação mais importante. Para isso, foi preciso explicitar que as duas razões que, da perspectiva de Dik, fundamentam a escolha do foco, são essenciais para explicar, ao menos em parte, o comportamento lingüístico e a origem do item conjuncional *só que*.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é investigar o processo de gramaticalização que originou a perífrase conjuncional “*só que*”, partícula que tem a propriedade de estabelecer, entre os segmentos que articula, o sentido pragmático de cancelamento de pressuposição.

PALAVRAS-CHAVE: *só que*; gramaticalização; perífrase conjuncional; foco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLY, C. (1965 [1944]) *Linguistique générale et linguistique historique*. 4.ed. Éditions Francke, Bern.
- DIK, S. (1989) *The theory of functional grammar*. Parte I. Dordrecht: Foris.
- GIVÓN, T. (1979) *On understanding grammar*. London: Academic Press.
- HEINE *et al.* (1991) *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University Chicago Press.
- LONGHIN, S. (2003) *A gramaticalização da perífrase conjuncional ‘só que’*. Campinas. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.
- MEILLÉT, A. (1965 [1912]) Le renouvellement des conjonctions. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion.
- SWEETSER, E. (1991) *From Etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TRAUGOTT, E.; KÖNIG. (1991) The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. TRAUGOTT; HEINE (orgs.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company.